



1.17 • Conjuntura internacional

A CONSTRUÇÃO DA PAZ NA COLÔMBIA IMPLICA A (RE)CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA (1.ª parte)

Miguel Barreto Henriques

2016 MARCOU O FIM DE UMA ERA na Colômbia, pela assinatura de um acordo de paz com a guerrilha das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). O acordo exortava o país e as instituições a melhorar a qualidade do sistema democrático. O segundo capítulo do acordo intitulava-se “Abertura democrática para construir a paz” e salientava a necessidade de promover a inclusão e a participação políticas, assegurando espaço a novas vozes e partidos, assim como garantias para o exercício da oposição.

No entanto, não só o espectro da guerra e da violência não cessou no país, como as debilidades do seu sistema, instituições e cultura políticas permanecem como um problema estrutural e um desafio de uma etapa pós-acordo.

Este problema deve entender-se num contexto histórico de longo prazo. Frequentemente proclamada como a mais antiga democracia da América Latina, a Colômbia construiu historicamente um sistema político com profundas limitações e ambiguidades: debilidade institucional, ausência ou precariedade do Estado em muitos territórios do país, um sistema de poder oligárquico, uma cultura política repressiva.

Apesar de constituir um regime político no qual a democracia não é fictícia, realizando eleições presidenciais a cada quatro anos, como um relógio (Hylton, 2003: 53), evidenciando um sistema multipartidário, liberdades civis (asseguradas pelo menos formalmente), separação entre os poderes executivo, legislativo e judicial, é evidente que manifesta múltiplos problemas e carências que colocam em causa a própria democraticidade do regime.

Em primeiro lugar, a natureza oligárquica do sistema político e a perpetuação do poder político numa elite muito reduzida configuram um dos rasgos estruturais da sua democracia. O facto de que um número significativo de presidentes colombianos sejam filhos ou familiares de outros presidentes evidencia cabalmente esta tendência (Hylton, 2003: 53)¹. Há um sistema de “castas” no controlo e exercício do poder, sobretudo a nível local e regional.

Estruturas clientelistas sustentam a vida política colombiana. O exercício da política na Colômbia esteve sempre ligado a intermediários, girando em torno de redes clientelistas de poder, assentes em líderes políticos locais, que dispõem dos votos das suas clientelas como verdadeiros barões feudais (González *et al.*, 2003: 301).

Da mesma forma, existem várias barreiras e restrições, formais e informais, ao exercício da oposição e da mobilização social (Gutiérrez, 2001: 72): o Partido Comunista Colombiano foi ilegalizado em diversas ocasiões; membros da oposição são frequentemente vigiados, ameaçados ou mesmo

objeto de processos judiciais por rebelião; as manifestações e lutas sociais são amiúde criminalizadas e reprimidas com cassetete e gás lacrimogéneo.

Estas contradições da realidade política e social colombiana têm valido vários epítetos, que colocam em manifesto a natureza defeituosa, incompleta e violenta da democracia colombiana, que combina um sistema político de democracia formal com nuances autoritárias: democracia limitada, democracia sem povo, democracia iliberal, democracia de baixa intensidade, democracia restringida, narcodemocracia, democracia genocida (Barreto Henriques, 2016: 94).

O bipartidismo na origem de múltiplas guerras

O regime político colombiano conformou-se a partir de um sistema bipartidário assente no Partido Liberal e no Partido Conservador, que, tendo origem no século XIX, se cristalizou até ao final do século XX. Hylton (2003: 53) chamou a isto a “diarquia” colombiana. Os dois partidos marcavam uma divisão histórica e ideológica entre esquerda e direita, uma relação mais próxima ou distante relativamente à Igreja Católica, assim como diferentes perspectivas sobre o centralismo ou o federalismo como modelo para o país.

“**O sistema político diárquico, assente no bipartidismo liberal-conservador, não só produziu um efeito notório de exclusão política, como gerou um estado quase endémico de violência política no país.**”

O Partido Liberal recolhe o legado do liberalismo político, herdeiro da Revolução Francesa, mas também do liberalismo económico. A chegada do neoliberalismo à Colômbia dá-se, de facto, no início dos anos 90, com o Governo de César Gaviria, do Partido Liberal. Tendo historicamente uma matriz de centro-esquerda, o Partido Liberal não é facilmente colocável no eixo político e ideológico. No seio do Partido Liberal foram integrados historicamente membros de todos os setores políticos, praticamente da extrema-esquerda à extrema-direita. Por exemplo, o antigo presidente Álvaro Uribe, a figura mais destacada da direita (ou extrema-direita) colombiana, iniciou a sua carreira política no Partido Liberal.

Na realidade, as fronteiras ideológicas entre o Partido Liberal e o Partido Conservador são porosas. Os dois partidos tradicionais funcionaram historicamente, em grande medida, como federações de caciques, que evidenciavam sobretudo particularismos e rivalidades locais (González *et al.*, 2003: 274). Constituíram-se como duas famílias políticas rivais, mas profundamente fragmentadas em fações locais. Este sistema de dois partidos foi desenhado por uma elite que limitou o poder aos seus interesses (Pécaut, 1992: 224), marginalizando amplos setores da população colombiana da participação política, como também da prestação de serviços públicos. Conformou-se um Estado ineficiente, oligárquico e frequentemente repressivo, que historicamente não respondeu às necessidades da maioria da população (McDonald, 1998: 33).

O sistema político diárquico, assente no bipartidismo liberal-conservador, não só produziu um efeito notório de exclusão política, como gerou um estado quase endémico de violência política no país. A luta pelo poder por parte das duas famílias partidárias saldou-se no que o historiador Gonzalo Sánchez (*apud* Pearce, 1990: 17) retratou como um “país em guerra permanente”. Só no século XIX a Colômbia viveu oito guerras civis (Pearce, 1990: 17). A História repetiu-se no século XX. O assassinato do candidato presidencial liberal, Eliecer Gaitán, a 9 de abril de 1948, em Bogotá, acendeu um rastilho que mergulhou o país, durante dez anos, numa guerra fratricida entre liberais e conservadores, que se saldaria em quase 300 mil mortos e ficaria conhecida como *La Violencia*.

No entanto, a forma como se colocou termo a esta guerra civil estaria também na origem de uma nova onda e período de violência política no país. Em 1958 estabeleceu-se um pacto que ficaria conhecido como Frente Nacional, um acordo bipartidista que estabelecia uma alternância e a divisão quase milimétrica de todo o poder político na Colômbia. Os governos seriam compostos por uma percentagem igual de ambos os partidos, aplicando-se o mesmo princípio a todas as esferas do poder e cargos públicos. Todas as restantes forças políticas ficariam fora do pacto. Os canais legítimos de participação democrática seriam bloqueados, ao mesmo tempo que se impunham diversas restrições às liberdades civis e à oposição, convertendo o regime, se não numa ditadura de dois partidos, numa democracia muito limitada e *sui generis*.

Neste contexto, as instituições perderam crédito e parte da oposição radicalizou-se. Na mente de muitos colombianos, a única alternativa que o regime deixara para a participação política era a luta armada. Em grande medida, o surgimento

das guerrilhas, nos anos 60 e 70, foi uma reação contra a Frente Nacional, que militarizou a luta pela democracia e por um sistema político mais inclusivo². Na realidade, o conflito armado é um sintoma das carências e disfuncionalidades do sistema democrático colombiano.

Ainda que a Frente Nacional tenha durado formalmente apenas até 1974, muitos dos seus elementos mantiveram-se, na prática, até à reforma constitucional de 1991 (Chernick, 2008: 60).

O genocídio político da Unión

Patriótica

Um dos factos mais significativos da vocação repressiva e exclusiva do sistema político colombiano ocorreu na segunda metade dos anos 80. No âmbito do primeiro processo de paz com as FARC, posto em marcha pelo Governo presidido por Belisario Betancur (1982-1986), esta guerrilha acordou participar na criação de um partido em 1985 – a Unión Patriótica (UP), como mecanismo de incorporação na vida partidária do país e de transição para a legalidade.

No entanto, pelas mãos de grupos paramilitares, narcotraficantes e agentes de segurança do Estado, este partido seria praticamente exterminado num “baile rojo”³ de violência política. Mais de 3000 líderes e militantes do partido foram assassinados numa guerra suja contra a UP, que incluiu dois candidatos presidenciais, nove congressistas e vários presidentes de câmara (Chernick, 2008: 85). O Estado seria conivente e participante deste processo, considerado, por várias instâncias, como um “genocídio político” e um crime contra a Humanidade. Num país profundamente atravessado pelas linhas divisórias e barricadas da Guerra Fria, no qual as suas instituições cultivavam doutrinas contra-insurgentes de “inimigos internos”, a participação política de militantes socialistas e da esquerda era intolerável, convertendo-os em alvos militares.

Mais uma vez, os canais de participação política foram restringidos pelo regime, demonstrando que o exercício da oposição na Colômbia implica jogar uma roleta russa, facto que teve consequências notórias para um processo de militarização das FARC e para uma postura de ceticismo nos processos de paz subsequentes. Na realidade, como defende Javier Giraldo (1996: 17-18), os níveis de repressão política da democracia colombiana não só a aproximam da realidade das ditaduras militares sul-americanas, como as superam no número de vítimas e crimes de Estado. ■

Notas

¹ Juan Manuel Santos é sobrinho-neto do presidente Eduardo Santos (1938-42). O seu vice-presidente, Vargas Lleras, neto do presidente Carlos Lleras (1966-70). Andrés Pastrana, presidente entre 1998 e 2002, e principal figura do partido conservador, filho de Misael Pastrana (1970-74).

² Em particular, a guerrilha do M-19 surgiria como reação às eleições fraudulentas de 19 de abril de 1970, nas quais um candidato de fora do eixo liberal-conservador seria preterido a favor do candidato conservador.

³ “Baile Rojo” foi o nome do plano de alguns agentes do Estado para exterminar a UP.

Referências

- Barreto Henriques (2016), *Laboratorios de Paz en territorios de violencia(s): abriendo caminos para la paz positiva en Colombia?*, Bogotá: Universidad Jorge Tadeo Lozano.
- Chernick, Marc (2008), *Acuerdo posible: solución negociada al conflicto armado colombiano*, Bogotá: Ediciones Aurora.
- Giraldo, Javier (1996), *Colombia: The Genocidal Democracy*, Monroe: Common Courage Press.
- González, Fernán; Bolívar, Ingrid; Vázquez, Teófilo (2003), *Violencia Política en Colombia: De la nación fragmentada a la construcción del Estado*, Bogotá: CINEP.
- Gutiérrez, Francisco (2001) “Inequidad y violencia política: una precisión sobre las cuentas y los cuentos”, *Análisis Político*, N.º 43, pp. 55-75.
- Hylton, Forrest (2003), “An Evil Hour”, *New Left Review*, 23, setembro-outubro.
- McDonald, Geraldine (1998), *Alternative Perspectives on Building Peace in Colombia and El Salvador: An appraisal of the peace processes with special reference to peacebuilding from ‘below’*, PhD Thesis, Department of Peace Studies, University of Bradford.
- Pearce, Jenny (1990), *Colombia: Inside the labyrinth*, Londres: Latin America Bureau.
- Pécaut, Daniel (1992), “Guerrillas and Violence”, in Bergquist, Charles; Sanchez, Gonzalo; Peñaranda, Ricardo, *Violence in Colombia: The Contemporary Crisis in Historical Perspective*, Wilmington: SR Books.